

DECRETO COM MEDIDAS DE RESTRIÇÃO EM SERTÃOZINHO

Objeto: análise da constitucionalidade e legalidade do Decreto nº 7.787, de 22 de março de 2021, do Município de Sertãozinho, dispõe sobre novas medidas restritivas de enfrentamento a pandemia do COVID-19

O QUE DIZ O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.787/21

O Decreto nº 7.787, de 22/03/2021, do Município de Sertãozinho (vice-prefeito em exercício RICARDO OLIVARE ALMUSSA), que entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos de 23 a 30/03/2021, foi editado em decorrência da iminência do colapso da rede pública e privada de saúde.

O Decreto estabelece medidas a serem adotadas no município no período compreendido entre **23 e 30 de março de 2021 e restabelece os Decretos Municipais nº 7.779 e 7.781/21**

Vejamos primeiro o que estabeleciam os Decretos que foram restabelecidos, com relação ao trabalho da Indústria e do CIESP:

Decreto 7.779/21: Adota as medidas de restrição do Plano São Paulo – fase vermelha – indústrias liberadas para suas atividades. Serviços Administrativos – preferência pelo Teletrabalho.

Decreto 7.781/21: vedações – semelhante Plano São Paulo – fase emergencial, **proibido**

I - atendimento presencial ao público, inclusive mediante retirada ou "pegue e leve", em bares, restaurantes, "shopping centers", galerias e estabelecimentos congêneres e comércio varejista de materiais de construção, permitidos tão somente os serviços de entrega ("delivery") e "drive-thru";

II - desempenho de atividades administrativas internas de modo presencial em estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços não essenciais.

III – orientação para entrada dos trabalhadores do setor industrial: entre 5 horas e 7 horas.

IV- circulação e a permanência de qualquer indivíduo, bem como o trânsito em vias, equipamentos, locais e praças públicas (toque de restrição), no horário compreendido entre as 20h00min até às 05h00min (excetuam-se das restrições as atividades essenciais).

Suspensão:

- Aulas presenciais em unidades públicas e privadas, possibilidade apenas de aulas remotas;
- feiras livres.

Permitidas: As atividades industriais desde que observem os protocolos sanitários e a máxima redução do número de funcionários concomitantes no local, evitando-se aglomerações, principalmente na entrada e saída dos empregados – **Recomenda-se:** a utilização do sistema de escalonamento e rodízio de empregados, evitando-se a aglomeração nas entradas e saídas das indústrias.

Sanção:

Sanções do Código Sanitário Municipal, sem prejuízo do disposto nos artigos 268 e 330 do Código Penal e da Lei Complementar 1/90 (Código Tributário Municipal)

CONCLUSÃO

Como se depreende do regulamento, a **medida RESTRITIVA** anunciada pelo Município de Sertãozinho, **é limitada no tempo e no espaço e à promoção e à preservação da saúde pública, pois estabelece as datas de início e término (23 a 30/03/2021).**

O Decreto **não contraria** o que determina a Lei federal nº 13.979/2020 nem ao menos o Decreto que a regulamenta, nº 10.282/20.

O **Decreto Federal nº 10.282/2020**, *que regulamenta a Lei nº 13.979/2020 para definir os serviços públicos e as atividades essenciais*, estabelece em seu art. 3º que ***as medidas previstas na Lei nº 13.979/2020 (quarentena e isolamento) deverão resguardar o exercício e o funcionamento dos serviços públicos e atividades essenciais a que se refere o § 1º, considerados serviços públicos e atividades essenciais aqueles indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade, assim considerados aqueles que, se não atendidos, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população, tais como:***

- **atividades industriais**, obedecidas as determinações do Ministério da Saúde;
- também são consideradas essenciais as atividades acessórias, de suporte e a disponibilização dos insumos necessários a cadeia produtiva relativas ao exercício e ao funcionamento dos serviços públicos e das atividades essenciais.

Ainda de acordo com o **Decreto Federal nº 10.282/2020**, **é vedada a restrição à circulação de trabalhadores que possa afetar o funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais** e de cargas de qualquer espécie que possam acarretar desabastecimento de gêneros necessários à população.

Nesse sentido, o Decreto do município de Sertãozinho **não extrapola suas competências**, pois não **limita** o trabalho da indústria e ainda, quando trata da restrição de circulação, não se aplica às atividades que estão permitidas ao funcionamento.

Por fim, com relação aos serviços prestados pelo CIESP, conforme consta do Decreto, é possível, sem atendimento ao público, pois é serviço de apoio à indústria, mas recomendável que se desse através do “teletrabalho”. Em caso de dúvida sugerimos que se leve o questionamento aos órgãos com competência para dirimir a dúvida.